

# Pressão fiscal eleva atritos entre Fazenda e Planejamento

Revisão de gastos e atuação de equipes dos ministérios causam divergências



Simone Tebet e Fernando Haddad durante o anúncio das novas regras fiscais. (Sergio Lima/RE, mar. 23/2023)

Adriana Fernandes e Mariana Tomazelli

**BRASÍLIA** A pressão sobre a equipe econômica para obter resultados positivos e evitar um bloqueio significativo de recursos no Orçamento de 2024, potencializou atritos e críticas trocadas nos bastidores entre os ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Segundo relatos colhidos pela Folha, a pasta comandada por Simone Tebet entrou na mira de outros membros do governo diante da visão de que a agenda de avaliação e revisão de gastos, principal bandeira da ministra, ainda não decolou.

Por outro lado, a atuação independente da equipe de Fernando Haddad em questões que envolvem o Orçamento, sob gestão direta de Tebet, também gerou críticas e reclamações.

Procurado, o ministério da Fazenda não respondeu. O Planejamento não quis comentar.

Arrevoção da MP (medida

provisória) da reorganização da folha de pagamento das empresas foi o foco mais recente de desentendimentos.

A Fazenda estava sob pressão da cúpula do Congresso para reverter a medida o quanto antes, mas o Planejamento tinha a visão de que não poderia haver vácuo na estratégia de flexibilização, sob pena de ampliar o risco de contingenciamento de recursos.

Sem o trecho da MP Executivo teria de incorporar uma perda bilionária na arrecadação. Por isso, a equipe de Tebet defendia a revogação só depois do relatório de recálculo de receitas e despesas que será divulgado em 22 de março, mas acabou ficando em aberto nas discussões.

A nova MP foi publicada na quarta-feira (28). O episódio é o mais recente de uma lista de atritos que, no dia da, ficam encobertos sob o véu das reuniões públicas entre Haddad e Tebet.

Potenciais presidenciais em 2024, ambos buscam demonstrar alinhamento. Em

julho do ano passado, por exemplo, o ministro da Fazenda disse que cabia fazer um "dogma sincero" a Tebet pela sua abertura e disposição nas discussões.

A ministra do Planejamento já declarou que não se importa em ser a "segunda voz" da dupla econômica e costuma demonstrar apoio às medidas prioritárias da Fazenda.

Intelectores de Haddad, porém, reconhecem em algumas falas do ministro uma cobrança sutil por maior tração na agenda de avaliação e revisão de gastos, tocada pelo Planejamento.

No começo da gestão, foi o titular da Fazenda quem, em entrevista à Folha, puxou o debate da revisão de despesas obrigatórias, incluindo os percentuais mínimos de aplicação de recursos em saúde e educação.

Aos poucos, ele adotou o discurso de que essa é uma agenda capitaneada pelo time de Tebet.

A cobrança vista como suá na Fazenda incomodou o

Planejamento, que a interpretou como uma tentativa de simplesmente passar o bônus em um debate que, na visão de auxiliares de Tebet, só avançará com o empenho de Haddad.

A pauta é politicamente sensível e deve enfrentar resistências inclusive do PT.

A revisão de gastos é vista por técnicos como ponto central para garantir a sustentabilidade do arcabouço fiscal no médio prazo, uma vez que o crescimento das despesas obrigatórias tende a apertar investimentos, considerados prioritários pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Também se trata de uma cobrança do mercado após a Fazenda concentrar o ajuste fiscal na elevação de receitas. Se na Fazenda a crítica é que a área orçamentária do Planejamento já poderia estar entregando mais na melhoria da gestão das despesas após um ano de governo, na equipe de Tebet o incômodo é crescer com a postura de Haddad e seus auxiliares de quando confrontados, transferir a responsabilidade de falar sobre assuntos espinhosos para a pasta comandada pela ministra.

O time da Fazenda também repassou a bola quando o tema era a criação de um limite à dedução de despesas médicas do Imposto de Renda da Pessoa Física. Por esses episódios, o Planejamento ganhou o apelido irônico de central de atendimento.

Os ruidos entre as duas pastas vêm numa crescente desde o início do governo.

Já no começo, a equipe de Tebet ficou aliada das discussões sobre o novo arcabouço fiscal — batizado de que o primeiro compartilhamento de informações da Fazenda envolve apenas uma apresentação, semelhante à que foi feita à imprensa.

Depois, o Planejamento divergiu de iniciativas da Fazenda para pagar parte das sentenças judiciais como despesas obrigatórias (pedido feito ao Supremo Tribunal Federal) e limitar o tamanho máximo do contingenciamento no Orçamento de 2024 (emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pelo Legislativo).

No caso dos precatórios, Tebet se reuniu com o presidente do STJ, ministro Luís Roberto Barroso, sem a presença de Haddad, para propor a alteração que acabou prevalecendo no julgamento — a de quitar o passivo fora das regras fiscais e manter parte do fluxo até 2026 fora do limite de despesas do novo arcabouço.

A ministra também defendeu, ainda no ano passado, a flexibilização da meta fiscal para um déficit de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto), o que incomodou Haddad, principal fôlego da meta zero para este ano.

Abaixo dos ministros, as cobranças e os atritos adquirem maior intensidade. Técnicos da Fazenda manifestam de forma mais aberta a frustração com a baixa tração e demora na implementação da agenda de avaliação e revisão. Na visão deles, a pauta já deveria ter ganhado maior escala, sobretudo diante da existência de um conjunto de estudos e diagnósticos realizados em governos anteriores.

Aliaados de Tebet reconhecem o ritmo aquém do desejado e veem o Planejamento com uma atuação excessivamente operacional. Por outro lado, representantes da pasta dizem muitas vezes precisar entrar em campo para "corrigir rota" após alguma medida da Fazenda repercutir mal, como no caso dos precatórios.

Há ainda relatos de disputas veladas entre técnicos de ambos os ministérios, inclusive para ditar o protagonismo de um ou outro nas entrevistas conjuntas.

Conflitos internos também existem nas duas pastas, diante do desconforto com a centralização de decisões em alguns poucos atores e divergências na condução de determinados temas.

O risco de desmobilização também foi um fator que pesou no caso do Planejamento. Após a indicação de Flávio Dino a uma vaga no STJ, a notícia de que Tebet era cotada para sucedê-lo no Ministério da Justiça teve um efeito motivador na equipe, segundo relatos reservados.

A ministra continuou no cargo e agora busca dar novo impulso à agenda. A pasta quer emplacar, na LDO de 2024, uma lista de políticas que serão alvo de revisão no próximo ano, em uma tentativa de dar força institucional à ferramenta.

Para isso, espera ter também o apoio dos demais membros da Junta de Direções Orçamentárias — além de Haddad e Tebet, compõem o colegiado os ministros Luiz Goulart (Casa Civil) e Esther Dweck (Gestão).

Sem esse respaldo, aliados da ministra consideram que será ainda mais difícil colocar o assunto na ordem do dia de um governo que em sua visão, apesar de todas as cobranças, não tem a revisão de gastos em seu DNA.

## Presidente do PT ataca Campos Neto e autonomia ampla do BC

Lucas Marchesini

**BRASÍLIA** A PEC (proposta de emenda à Constituição) que dá autonomia ampla para o Banco Central quer "submeter o Brasil a uma ditadura monetária", critica o presidente do PT, a deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR). Ela fez a avaliação em seu perfil no X, o antigo Twitter, ao comentar a entrevista do presidente do BC, Roberto Campos Neto, à Folha, na qual ele defende a medida.

De acordo com Campos Neto, o assunto foi tema de reunião na semana passada entre ele e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Para o presidente do BC, a independência total é "passo no sentido de aproximar o arcabouço de autonomia da instituição."

A deputada reconheceu a parada da economia na reta final de 2023, quando o PIB (Produto Interno Bruto) apresentou resultado de 0% por dois trimestres seguidos. Apesar disso, o ano fechou com crescimento acumulado de 2,9%. Segundo ela, o BC é um dos culpados.

"Os juros exorbitantes do BC deram um golpe no crescimento e estrangularam o crescimento

no segundo semestre", afirmou a deputada.

"É uma política monetária que segue ameaçando o país, mas a gente não vê uma linha de crítica na mídia sobre isso. Ao contrário, Folha dá espaço hoje para o Campos Neto defender ainda mais autonomia para o BC", escreveu Gleisi.

Para a presidente do PT, Campos Neto "segue defendendo taxa de juros acima da realidade, contenção do crédito e ainda aponta os salários melhores como risco".

Ela é uma crítica contumaz de Campos Neto desde o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em um balanço de 2023, afirmou que ninguém prejudicou mais o Brasil no período do que o presidente do BC.

"A atuação de Campos Neto este ano [2023] foi escancaradamente política, um verdadeiro prolongamento do mandato de Jair Bolsonaro, que o indicou e para quem ele fez campanha eleitoral", avaliou no fim do ano passado.

O deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) foi outro parlamentar petista a criticar a proposta. De acordo com ele, a PEC leva a uma radicalização da autonomia do



Gleisi Hoffmann na Câmara. (Sergio Lima/RE, mar. 23/2023)

“É uma política monetária que segue ameaçando a vida do país, mas a gente não vê uma linha na mídia sobre isso. Ao contrário, a Folha dá espaço hoje para o Campos Neto defender ainda mais autonomia para o BC”

Gleisi Hoffmann (PT-PR) deputada federal e presidente do PT

“É natural que o governo se oponha à PEC”

Lindbergh Farias (PT-RJ) deputado federal

instituição. Ele atacou a medida articulada pelo presidente do BC, segundo Farias, "silenciosamente direto com o Senado".

"É natural que o governo se oponha até pela forma como essa PEC foi construída. O governo nunca foi consultado", afirmou Farias. Na conversa com Haddad, na sexta-feira (27), Campos Neto tratou da PEC que é debatida no Senado. "Eu tentei dar conforto para ele, que o BC tem flexibilidade, que a gente pode discutir, que nada vai ser feito à revelia", disse.

Segundo ele, mais de 90% dos bancos centrais do mundo com autonomia operacional contam com autonomia financeira e é preciso entender o que incomoda o governo na discussão da PEC.

"O primeiro desenho da PEC foi uma coisa pensada no BC. O Banco Central, o Senado, o próprio senador [relator] Pili- nio Valério (PSDB-AM) estão dispostos a ventar com o governo. A nossa ideia é ter um texto que o governo apoie, que o Senado entenda que é um texto bom, e que seja bom para o Banco Central", afirmou o presidente da autoridade monetária.